



CAROLYNE MACIENTE

**GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS NO ÂMBITO DA
GESTÃO INTEGRADA DE TERRITÓRIO: CASO DA
MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG**

LAVRAS - MG

2017

CAROLYNE MACIENTE

**GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO: CASO
DA MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHK**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras como parte das
exigências do curso de administração pública,
para a obtenção do título de bacharel em
administração pública.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

Orientador

LAVRAS

2017

RESUMO

As Tecnologias Sociais (TS) vêm sendo muito difundidas no Brasil na última década, principalmente por solucionar problemas de comunidades de baixa renda e proporcionar inclusão social como um todo. A gestão Integrada do Território (GIT), por sua vez, pautada no tripé economia, sociedade e ambiente, visa promover qualidade de vida, afirmando o território como oportunidade de realização profissional, cultural e educativa. Este trabalho, em específico, procura articular TS e GIT por meio do debate de desenvolvimento sustentável, tendo a microrregião de Presidente Kubistchek/MG, localizada na Serra do Espinhaço, como caso de análise. Neste sentido, a pesquisa tratou da convergência das estratégias propostas pela Unesco quanto ao desenvolvimento do território no contexto da Serra do Espinhaço ante o seguinte problema de pesquisa: Que tecnologias sociais de gestão integrada têm sido desenvolvidas na Serra do Espinhaço visando o desenvolvimento territorial local? O objetivo foi analisar as relações existentes entre a Gestão Integrada de Territórios implementada na microrregião de Presidente Kubistchek, com a geração de Tecnologias Sociais. O trabalho apresenta como referencial a gestão integrada do território e as tecnologias sociais, assim como a relação entre estas e o território analisado. Trata-se de um trabalho exploratório-descritivo de abordagem qualitativa dos dados, cuja coleta dos dados foi realizada por meio de grupo focal, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. A aferição desses dados se deu por meio de análise de conteúdo, em uma análise triangular entre as três técnicas de coletas de dados adotadas, cujo objetivo foi compreender a relação do território com a gestão integrada e a forma como emergem as tecnologias sociais neste contexto. Como resultado, foi gerado um modelo de avaliação de Tecnologias Sociais e Gestão integrada do Território no qual pode se perceber a forma como interage os atores da região em prol da promoção de ações sustentáveis e replicáveis.

PALAVRAS-CHAVES – gestão integrada de territórios, tecnologias sociais, Serra do Espinhaço, desenvolvimento sustentável.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	11
2.1. GESTÃO INTEGRADA DE TERRITÓRIO (GIT).....	11
2.2. TECNOLOGIA SOCIAL.....	15
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 COLETA DE DADOS	21
3.1.1 GRUPO FOCAL	21
3.1.2. ENTREVISTAS	22
3.1.3. DOCUMENTOS	23
3.1.4. CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS	23
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	24
3.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO	25
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO	26
4.2. PERCEPÇÕES E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	28
4.3. MODELO DE GESTÃO INTEGRADA	32
4.4. TECNOLOGIAS SOCIAIS E O TERRITÓRIO	34
4.5. ANÁLISE SOCIOTÉCNICA E SUAS PROSPECÇÕES PARA O TERRITÓRIO	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6. REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

Considerada a única Cordilheira do Brasil, peculiar em suas características geológicas, a Serra do Espinhaço é para a UNESCO, além de reserva da Biosfera, um patrimônio natural capaz de fascinar as pessoas, graças as suas ricas representações de plantas, animais e heranças rupestres dos períodos mais antigos da ocupação ameríndia (BARROS, 2016).

Pensando na proteção deste patrimônio natural, foi instituído o Decreto 44.281, de abril de 2006, implantando a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, considerando sua importância e diversidade biológica, além de sua fragilidade, sendo esta, uma área de extrema importância para o uso sustentável dos recursos naturais (MINAS GERAIS, 2006).

De modo a convergir com as estratégias propostas pela Unesco, quanto ao desenvolvimento dos territórios inseridos num contexto de reserva da biosfera, é criado o Instituto Espinhaço, uma ONG sem fins lucrativos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades inseridas no contexto da Serra do Espinhaço. O Instituto visa atuar no desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade afim de integrar pessoas e natureza, a partir de ações locais. Além de atuar em convergência com as estratégias da Unesco em prol do desenvolvimento local.

O desafio que se abre hoje aos municípios, da Serra do Espinhaço é, sobretudo, o de construir uma plataforma de desenvolvimento compartilhado e integrado, em suas microrregiões e, destas, com o todo do território da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2014).

O Instituto, dessa forma, tem atuado na promoção do desenvolvimento sustentável, visando integrar pessoas e meio ambiente de forma a se desenvolver o local por meio de diálogos participativos, conhecimentos partilhados e projetos de empoderamento social. Seu principal objetivo é contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que esteve em vigor no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU) entre 2000 e 2015 e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se iniciaram em 2016 e vai até 2030. Seu foco de atuação é a Serra do Espinhaço visando a promoção sustentável dessa localidade.

Além disso, o Instituto foi fundador, juntamente com outras instituições, da Frente Mineira pela Proteção da Biodiversidade. Esteve à frente também do projeto “Estratégias para conservação da Biodiversidade no município de Morro do Pilar”, onde auxiliou na idealização da Semana da Água, no qual foi elaborado a “Carta/Manifesto das Águas”, um marco na história dos municípios da Serra do Espinhaço, entregue pelo Instituto à fundação francesa *France*

Libertès em busca de parcerias e de dar visibilidade global aos problemas locais. Em decorrência dessas ações, foi possível a elaboração do livro “História viva de Morro do Pilar: Cultura, Memória, Sustentabilidade e a Antecipação do Futuro”, além de sua divulgação em âmbito mundial (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016).

O Instituto foi responsável também pela elaboração do Inventário da Oferta Turística da Região da Serra do Cipó e assinou o protocolo de intenções com parceiros do Centro de Estudo Transdisciplinar da Água em Brasília, propondo junto às parcerias globais a campanha “Água e Espiritualidade”. Quanto às questões do território, o Instituto participou da organização de um seminário internacional que tratou sobre “Gestão Integrada de Território para o desenvolvimento Sustentável e o Entendimento Global”, realizado em Morro do Pilar/MG em dezembro de 2014, junto com várias institucionais nacionais e internacionais com visibilidade no debate de desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016).

O Instituto Espinhaço é responsável, no momento, pelo programa “Plantando o Futuro”, que se caracteriza pela finalidade de incentivar a recuperação ambiental das áreas degradadas, pautando-se na ampla mobilização social e na conscientização da sociedade quanto aos danos ao meio ambiente. O Projeto foi idealizado para promover impacto social, cultural e ambiental por meio de parcerias entre diversos atores resultando no desenvolvimento local e na relação entre a sociedade e o meio ambiente (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016).

O Projeto Plantando o Futuro está vinculado ao projeto de restauração florestal “Semeando Florestas: Colhendo Águas”, que trata da recuperação das áreas degradadas e conservação da mata nativa, sendo este visto como o maior esforço realizado na região em relação aos recursos florestais, cooperando significativamente para que o Brasil atinja as metas internacionais de alterações climáticas pré-2020. Considerando que no estado de Minas Gerais, mais de cinco milhões de pessoas já são diretamente afetadas pelas mudanças climáticas (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016). Este projeto é uma realização do Governo de Minas Gerais, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG) em parcerias com outras instituições do Estado.

O projeto visa, quanto a cidadania e conservação ambiental, a mobilização da participação social na forma de intervenções educativas alinhadas ao envolvimento pleno dos cidadãos, base de todo processo de cidadania ambiental. Trata-se, a grosso modo, de um projeto de empoderamento social, o qual propõe a integração dos valores culturais e das identidades das comunidades na Serra do Espinhaço (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016).

O Projeto propõe trabalhar a perspectiva do território segundo concepções de gestão integrada, conectando a sociedade e os atores principais do âmbito local cuja área de abrangência do projeto são de 53 municípios mineiros, que foram subdivididos por região (Central, Sudeste, Sul, Centro-Sul e Norte), contendo cada região um núcleo central. As atividades são norteadas por um cronograma previamente delimitado pelo Instituto Espinhaço.

Um destes núcleos, Núcleo de Presidente Kubitschek, foi delimitado como foco deste estudo, o qual abrange os municípios: Santo Hipólito, Monjolos, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Materlândia, Sabinópolis, Alvorada de Minas, Dom Joaquim, com destaque para os municípios de Gouveia, Datas, Serro, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino, e Congonhas do Norte, em virtude do interesse do poder público local com o projeto e da importante participação nas atividades promovidas pelo Instituto no local (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016).

Localizada nesta região da Serra do Espinhaço, Presidente Kubitschek foi desmembrado da cidade de Diamantina em 1962, por meio da Lei nº 2764. Porção centro-norte do estado de Minas Gerais pertencente a região da reserva da biosfera rica em minério e conseqüentemente muito explorada (IBGE CIDADES, 2016).



Figura 1: Município de Presidente Kubitschek, MG. (FONTE: IBGE, 2016).

Nessa microrregião, o Projeto “Plantando o Futuro”, procura convergir as ações locais em um processo de desenvolvimento sustentável, tendo a gestão integrada do território (GIT) como eixo central das ações. A GIT é uma tentativa de geração de conhecimento no âmbito da ONU e UNESCO, onde se busca compreender as perspectivas culturais e de ações locais convergentes às interpretações dos cenários ambientais, sociais e econômicos. Um pressuposto básico é que um desenvolvimento sustentável deve sempre considerar estes pilares conjuntamente e articulados em uma estratégia efetiva de transformação social. A GIT, em

decorrência de sua recente introdução nas ações da ONU, nacional ou internacionalmente, trata-se de um modelo novo e ainda pouco discutido na atualidade (OOSTERBEEK, 2013).

A Comissão para Conferência Internacional das Humanidades, vinculada principalmente ao Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIFCH) da UNESCO, vem delineando as estratégias básicas da GIT, pautando os territórios a partir de quatro eixos de ação integrados (formação, matriz territorial, interlocução institucional e observatório do território). Para o CIFCH, a GIT trata das possibilidades de um município realizar modificações que vão além de seu território, pautada pelo tripé da sustentabilidade (econômico, ambiental e social).

O objetivo base da GIT, nessa perspectiva, é promover qualidade de vida, afirmando o território como oportunidade de realização profissional, cultural e educativa principalmente em condições sociais, ambientais e econômicas devastadoras (OOSTERBEEK, 2010). Desse modo, a GIT toma como seu propósito instituir a continuidade das ações locais indo além das consequências práticas debatidas na Rio+20, estabelecendo economias territoriais locais de alcance global, diverso e sustentável (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2011).

A proposta de considerar os problemas territorialmente, justifica-se devido ao fato de que para propor soluções realmente eficazes é preciso identificar as limitações de forma articulada e bem pontual, não generalizada. Cabe ressaltar que este modelo de gestão tem como foco as questões ambientais e territoriais como elementos integradores. Um dos seus pontos de partida é a dinamização de tecnologias sociais em prol de um desenvolvimento regional, fazendo com que a GIT ganhe destaque em discussões no âmbito dos Organismos Internacionais por ser mecanismo fundamental ao desenvolvimento sustentável.

As tecnologias sociais se inserem neste debate de gestão integrada, por seu caráter condicionante de transformação social e acesso às bens e serviços. Visando resolver problemas de cunho sociais e/ou ambientais de forma a direcionar suas ações no âmbito local afim de promover a inclusão social em seu todo. São elas, maneiras de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologias no intuito de solucionar problemas sociais ou ambientais, respondendo às problemáticas de desenvolvimento comunitário e promovendo alternativas tecnoprodutivas em cenários de extrema pobreza (THOMAS, 2009).

Este modelo preconiza a descentralização e municipalização dos serviços públicos, ressaltando a importância da estrutura social local de forma a subsidiar iniciativas de desenvolvimento local e de gestão integrada do território. Além disso, permite a propulsão dos

processos de empoderamento de representações coletivas, habilitando-os a disputar alternativas ao desenvolvimento nos espaços públicos em prol do interesse local e de uma distribuição de renda mais igualitária (BAVA, 2003).

Ambas as propostas, de GIT e TS, propõem a geração de novas vias de resolução de problemas, propondo novos caminhos envolvendo a participação tanto de produtores como de usuários das tecnologias locais. Entender as demandas tecnológicas emergentes de cada localidade e questionar à quem e porque umas são adotadas e outras não, é fundamental para relacionar sua efetividade ao problema diagnosticado (THOMAS, 2009). Nesse sentido, esta pesquisa pretende responder como as tecnologias sociais vem sendo desenvolvidas no território em um contexto de gestão integrada.

Desta forma, nesta pesquisa, pretende-se compreender como tecnologias sociais de gestão têm sido desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento territorial local na microrregião de Presidente Kubitschek? Para responder ao problema mencionado, a pesquisa se propõe analisar as relações existentes entre a Gestão Integrada de Territórios implementada no núcleo de Presidente Kubitschek, do projeto “Semeando Florestas Colhendo Águas”, com a geração de Tecnologias Sociais. Em específico, o trabalho tem como objetivo elaborar uma descrição das ações da Gestão Integrada de Territórios implementadas; realizar a identificação das iniciativas de geração de Tecnologias Sociais e; relacionar as ações da Gestão Integrada de Territórios com iniciativas de geração de Tecnologias Sociais.

O estudo justifica-se pela necessidade de ampliação do conhecimento acerca da gestão integrada de território, assim como sobre tecnologias sociais e sua influência na promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, o estudo visa ser um elo de ligação entre os aspectos científicos e o social, visando a conscientização e educação ambiental, bem como a mobilização da comunidade da microrregião de Presidente Kubitschek em torno do desenvolvimento territorial.

Este estudo organiza-se em cinco seções além dessa introdução, no qual foi delineado o contexto no qual surge a discussão acerca de GIT e sua interação com TS no âmbito do desenvolvimento sustentável. Na segunda seção será tratado os temas “Gestão Integrada de Território” e “Tecnologias Sociais”; na terceira seção referencia-se os métodos e meios que foram utilizados na coleta de dados que trouxeram embasamento para a construção da quarta seção, que apresentará os resultados do levantamento realizado e por fim, na última seção, consta as considerações finais.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1. GESTÃO INTEGRADA DE TERRITÓRIO (GIT)

A Gestão integrada do Território vem se destacando no contexto brasileiro desde os anos de 1980, englobando temas como a produção agrícola, conservação dos ecossistemas, subsistência humana e planejamento, sendo ela um mecanismo de alcance do desenvolvimento sustentável. Com foco nas questões ambientais e territoriais de forma integradora, tornou-se ponto de partida para inúmeras ações, até mesmo perante às questões de dinamização das tecnologias sociais no âmbito local. Nos anos 1990, com os debates acerca da sustentabilidade em destaque (Cúpula da Terra 1992) a gestão integrada trouxe como inovação essa centralidade de ações de gestão para o contexto local em discussão com os atores locais, sendo estes, peças-chaves nos delineamentos das estratégias de planejamento do território. Este modelo tem ganhado força por ser considerado mecanismo fundamental para se alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão em vigor desde 2015 atuando complementarmente aos Objetivos do Milênio (ODM).

Segundo Oosterbeek (2010), a GIT surge em decorrência de três fatores; o primeiro se deve a lógica punitiva sobre o cidadão que se constitui de uma “lógica injusta na visão dos indivíduos, na medida em que choca com as suas liberdades individuais sem lhes garantir meios igualmente individuais de atuação”. Em segundo, trata-se da criação de políticas públicas eficazes quanto a questão de equidade social, apoiada em comportamentos eco sustentáveis e não somente quanto a questão legislativa e penal dos crimes ambientais. Por fim, em terceiro, tem-se as estratégias “abstratas de entidades” (economia, sociedade, ambiente) “esvaziadas de contradições” (culturais, sociais, ou outras), o que fica bem claro na Agenda 21.

Na visão da GIT, não se constroem ilhas de sustentabilidade, onde a economia global e a sustentabilidade asseguram-se em escalas responsáveis, por articularem o planejamento socioeconômico e as estratégias ecológicas o qual designam como sendo gestão integrada do território (MICARELLI, 2002).

Na construção do tripé da sustentabilidade, a nossa espécie constrói soluções logísticas (que articulam necessidades e recursos no espaço e no tempo) a partir do estudo que faz (mais ou menos científico) do território. A tecnologia tem, nesse processo reflexivo, um papel determinante: é ela que permite ao indivíduo controlar o processo material, físico (OOSTERBEEK, 2013).

Para se construir soluções equilibradas e eficientes deve-se considerar, sobretudo, o conhecimento dos dilemas que permeiam os territórios, facilitando a construção de cenários futuros, afim de nortear a atuação de todos e de cada um, baseado em cidadãos participantes e com domínios sobre tecnologia, fazendo-se possível disseminar soluções de governança (OOSTERBEEK, 2010).

Parte da complexidade de entender os cenários que permeiam os territórios advém de variáveis de cunho social, econômico, físico-espacial e ambiental, o que requer determinadas habilidades de planejamento e gestão em prol de gerar espaços urbanos democráticos, socialmente justos e de condições físico-ambiental adequadas (ROSSETO ET. AL, 2006).

Porém, o que se observa no Brasil é

Uma rede urbana formada por cidades com características bastante diferenciadas e que, apesar de suas peculiaridades regionais e locais, abrigam, com maior ou menor intensidade, problemas intra-urbanos que afetam sua sustentabilidade (ROSSETO ET AL, 2006, p.811).

Esta concentração física e o modelo de exclusão territorial, determinam o desenvolvimento das cidades promovendo e expondo a tragédia da concentração da renda nacional (CYMBALISTA, 1997; BEZERRA; FERNANDES, 2000; ROLNIK, 2000; ROLNIK; MORAES, 2002).

Para Rosseto Et Al (2006), não se melhora o processo decisório apenas no âmbito do setor técnico, e que apesar da qualidade do serviço, o desconhecimento dos decisores quanto às implicações técnicas de cada projeto, ou desconhecimento dos técnicos quanto aos objetivos reais dos decisores, resultam em um sistema ineficiente.

Deve ser previsto com detalhe e monitorado o impacto demográfico em questões como o tratamento de águas, os esgotos, a energia de emergência, a iluminação pública, a segurança, a gestão de resíduos sólidos, o acesso à internet, a oferta de ensino médio e superior, os passivos ambientais das minas, o emprego, as vias de comunicação, os transportes e a saúde (OOSTERBEEK, 2014).

A grosso modo, deve-se restringir o desenvolvimento sustentável não apenas a quadros ambientais, sociais e econômicos, mas sim articular os pontos de vista da sociedade. Isso é proposto por Scheunemann e Oosterbeek (2010), ao tratarem da importância em compreender as perspectivas culturais, pelo fato de elas condicionarem a interpretação dos demais quadros ambientais, sociais e econômicos.

Conceitualmente, desse modo, a GIT são referências acerca das perspectivas culturais no município, interpretadas não somente pela sua segmentação socioeconômica, mas também pela sua “memória do lugar”, representando as formas peculiares de cada lugar em se desenvolver territorialmente (NORA, 1993).

Para Oosterbeek (2014), cinco questões centrais permeiam a gestão integrada de território:

- Quais produtos construir, de forma sustentável, com os recursos naturais existentes?
- Quais gestos nos serão ainda úteis após as reconversões tecnológicas?
- Qual produção e para que escada de oportunidades (bairro, cidade, município, região, etc.)?
- Como estruturar uma dinâmica diferenciada que valorize o território?
- Qual o diferencial para o município?
(OOSTERBEEK, 2014).

Além disso, quatro são os grupos definidos por Oosterbeek e Scheunemann (2011) que norteiam suas ações da GIT: formação (da população em seu todo); organização da matriz territorial resiliente; comunicação diversificada e multidirecional e; interlocução institucional para a governança. Destacando-se por elaborar quadros de discussões no qual o elemento central são as didáticas dos dilemas em vista a elevar competências críticas dos indivíduos possibilitando-os discernir sobre o futuro de maneira coletiva.

Ou seja, não há um modelo socioeconômico específico, mas um quadro que permita tomar como referência para não ocorrerem desarticulações e dispersões dos esforços.

O território é, assim, um sistema constituído por recursos, em grande medida, não renováveis, e carecido de uma gestão integrada que proteja esses recursos ambientais e culturais na perspectiva do desenvolvimento compatível e sustentável e articulando perspectivas distintas e dinâmicas, muitas vezes contraditórias (OOSTERBEEK, 2014).

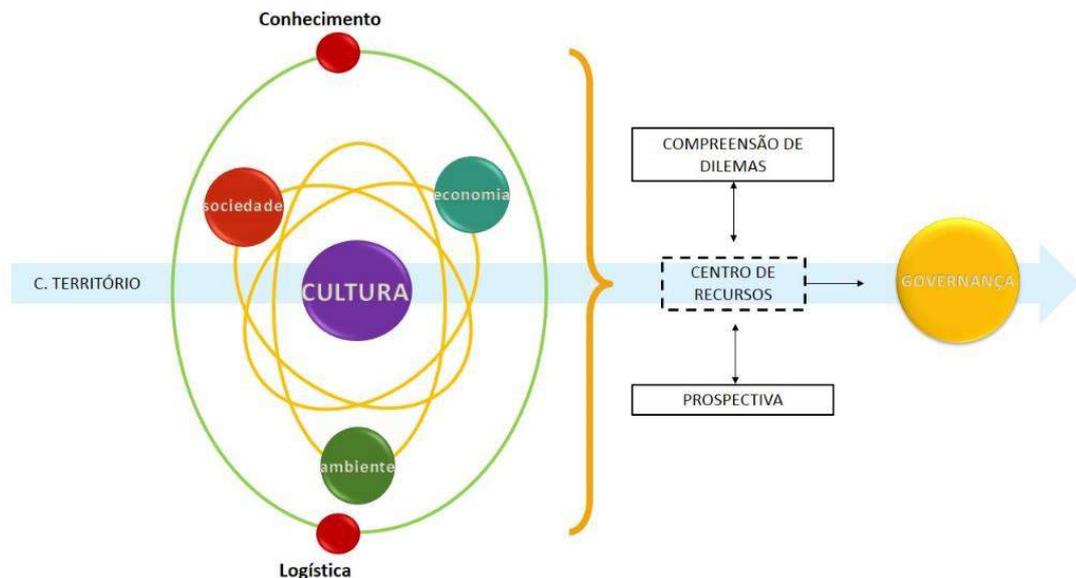
A grosso modo, isso indica que o que estruturam as fronteiras culturais são as memórias, sendo estas também condicionantes às paisagens que determinam os modos de fazer de um território.

O desenvolvimento sustentável trata de três pilares a saber: economia, sociedade e ambiente, que representam de forma conjunta a realidade justaposta, ou seja, estes pilares devem então coexistirem e interagirem entre si harmoniosamente. Tratando na questão econômica não somente o lucro, mas levando em consideração aspectos ambientais e sociais. No lado social, passa-se considerar aspectos dos direitos humanos, direitos dos trabalhadores e meio ambiente em âmbito sustentável. Relevando as questões ambientais a preocupação emergente com o meio ambiente, afim de promover formas alternativas de produção limpa, menos tóxicas e consumo consciente. Porém, considerar isoladamente cada vertente dificulta a implementação de estratégias efetivas de desenvolvimento sustentável, ou seja, é mais que necessário compreender que elas só fazem sentido como corpo unificado (VAZ; ARAÚJO JR, 2011).

A desarticulação deste tripé, fundando-se somente na “conservação ambiental”, não tem conseguido reverter a degradação do ecossistema, sendo a reintegração dessas dimensões o caminho pragmático e mais eficiente, por compreender que a cultura é determinante para firmar-se em novos modelos de governança territorial (OOSTERBEEK, 2014). A questão é como operacionalizar a socialização do conhecimento que permita uma apreensão efetiva da cultura territorial

Sendo assim, a GIT representa uma evolução do conceito acerca do desenvolvimento sustentável, incorporando a cultura como variável fundamental.

Figura 2 - Paradigma da sustentabilidade: a gestão integrada



Fonte: Adaptado pela autora de Oosterbeek (2014).

De forma a apresentar este panorama acerca da GIT, Oosterbeek representou graficamente o processo de construção ou de reconhecimento da gestão integrada do território, considerando as questões do ambiente, da sociedade e da economia como constructos da cultura local. Além de elencar os dilemas, os recursos e as perspectivas do território afim de definir/identificar o modelo de governança proposto no território.

[...] O ponto de partida da GIT não é a pergunta ‘qual é o problema que vai ser resolvido com a GIT’ e, sim, ‘o que vamos perder se não tiver GIT’. A questão relevante não é tecnocrática nem funcional: é uma questão holística que sustenta o equilíbrio de nossa relação com os outros e o mundo (OOSTERBEEK, 2014).

A GIT segue passos e procedimentos metodológicos comuns que vão se organizar em meio a sete vertentes, sendo as quatro mais trabalhadas segundo Oosterbeek (2014):

- Diagnóstico Territorial – detalha o território, seus atores e dinâmicas de interesse afim de estruturar a Matriz Territorial (esqueleto da GIT) no qual caberá estruturar os espaços de memória, foros de debate e dinâmicas, sendo esses elementos eixos integradores e de escala;
- Capital humano – lideranças formais e informais;
- Comunicação – plano de comunicação integrador de GIT;
- Governança Territorial – monitoramento territorial, medição do desempenho do território afim de nortear ações futuras (observatório permanente).

Toma-se como ponto de partida a execução da matriz territorial, porém, é importante a racionalização, já que se pressupõe a presença de todos esses elementos em uma sequência lógica, sendo [...] “importante entender que a Gestão Integrada do Território é um processo apoiado em uma metodologia, não é um horizonte, [...] a GIT é sempre uma necessidade e o esforço para uma abordagem integradora é sempre urgente” (OOSTERBEEK, 2014).

A GIT é responsável por inter-relacionar as dimensões econômicas, social e ambiental de forma a compreendê-las integradamente, tendo a cultura como elo de ligação entre essas dimensões. Um dos seus efeitos mais relevantes é a formação de uma rede empreendedora composta pela sociedade civil organizada, lideranças comunitárias, corporações e esferas de governo (LORENT ZEN, 2012).

Uma vertente que se relaciona a GIT são as tecnologias sociais por seu caráter condicionante da distribuição social e acesso aos bens e serviços de modo a resolver problemas sociais e/ou ambientais voltando suas ações prioritárias no âmbito local de forma a promover a inclusão social em seu todo.

2.2. TECNOLOGIA SOCIAL

Perante processos de mudança social, as tecnologias tendem desempenhar papel fundamental, uma vez que são elas construções sociais, e responsáveis por determinar as posições e condutas dos atores, assim como condicionam a distribuição social, acesso a bens e serviços, gerando problemas de causas sociais e ambientais facilitando ou não sua solução (THOMAS, 2009).

São as Tecnologias Sociais (TS) orientadas a resolução de problemas de cunho sociais ou ambientais e possui como objetivo responder as problemáticas de desenvolvimento comunitário promovendo alternativas tecnoprodutivas em cenários de extrema pobreza (THOMAS, 2009).

Pode-se definir TS como “[...] forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologias orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável” (THOMAS, 2009) e tem como atores do processo de desenvolvimento nas regiões os movimentos sociais, cooperativas populares, organizações não governamentais, divisões governamentais e empresas públicas.

Estas tecnologias não são tão simples de serem desenvolvidas e implementadas, é necessário entender a quais demandas elas se adequam e se questionar o porquê algumas funcionam e outras não e para quem elas funcionam ou não (THOMAS, 2009).

E por que seria necessário conceber as tecnologias sociais (TS) como solucionadoras de problemas sociais? Um dos motivos para Dagnino (2004) se dá por considerar inadequada a tecnologia convencional (TC), muitas vezes utilizadas em empresas privadas, em meio ao contexto da inclusão social (IS). Outro motivo seria o fato de as instituições públicas envolvidas no processo de geração do conhecimento científico e tecnológico não se encontrarem capacitadas para desenvolver uma tecnologia que viabilizem inovações sociais tornando-se autossustentáveis empreendimentos autogestionários, sendo necessário a sensibilização das organizações e sociedade em geral (DAGNINO, 2004).

Quadro 1 – Tecnologia Convencional (Tc) X Tecnologia Social (Ts)

CARACTERÍSTICAS	TC	TS
	Poupadora de mão de obra	Adaptada a pequeno tamanho físico e financeiro
	Ambientalmente insustentável	Não-discriminatória (patrão x empregado)
	Controles coercitivos que diminuem a produtividade	Orientada para o mercado interno de massa
	Segmentada: não permite controle do produtos direto	Liberadora do potencial e da criatividade do produtos direto
	Alienante: não utiliza a potencialidade do produto direto	Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas
	Hierarquizada: demanda a figura do proprietário, do chefe, etc.	
	Monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos	

Fonte: Adaptada pela autora de Dagnino (2004).

É possível perceber que a TC é funcional para organização privada afim de produzir bens e serviços à sociedade sendo tratada por países avançados e empresas de grande porte como tecnologia de ponta, mais avançada e única, generalizando a ideia e a tornando parte do senso comum, estando ela submersa em um ambiente político o qual a legitima e demanda (DAGNINO, 2004).

Essa ideia de que o desenvolvimento do conhecimento é desbalanceado e enviesado por interesses políticos e econômicos é importante para entender a TC. Isso porque tudo se passa como se esse desenvolvimento, entendido por um momento como um ente animado, só fizesse perguntas que consegue resolver no âmbito das relações sociais em que ocorre (DAGNINO, 2004, p.26).

Para Santos (2000), a atualidade é guiada pelo capital financeiro e por grandes corporações transnacionais sendo eles responsáveis pelo que o autor chama de “vontade de evolução dos homens”. É perceptível como é centralizado em poucas mãos o poder, o qual impõe como lógica de organização da sociedade a lógica de mercado, enaltecendo a competição e o individualismo (BAVA, 2003).

Este tipo de desenvolvimento sucumbi a sociedade a um tipo de [...] “combinação perversa da aceleração do processo de acumulação do capital como o aumento do desemprego, da pobreza, da desigualdade, da exclusão social, com a exploração e degradação sem limites dos recursos ambientais” (BAVA, 2003, p.104).

Há que considerar também que aspectos de inclusão social, combate à desigualdade e à pobreza são contrários a este modelo de desenvolvimento, onde são tratados como temas residuais, com objetivo somente de atenuar ou reduzir problemas que deveriam em tese serem encarados via políticas de caráter focalizado e compensatório (BAVA, 2003). E para instituir tal reversão ideológica das propostas de inclusão social, tais técnicas inovadoras devem ser tidas como instrumento de transformação social.

Neste sentido, é necessário situar o valor atribuído às tecnologias sociais que são tratadas pela Rede de Tecnologia Social (RTS) como sendo [...] “técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social” (BAVA, 2003, p.106).

Inúmeros são os exemplos que comprovam as potencialidades de uma nova institucionalidade adquirida em prol da inclusão social, ressaltando ainda a importância da atuação do Estado na formulação de políticas públicas que abracem estas oportunidades. Desta forma, Bava (2003) trata de identificar também que os agentes de transformação social são atores coletivos tais como, movimentos sociais, associações e entidades as quais viabilizam a participação cidadã nos processos de transformação social e de paradigmas de desenvolvimento mais contemporâneos.

Partindo do pressuposto de que o objetivo das tecnologias sociais são “promover o desenvolvimento local sustentável”, passa-se a discutir então o significado e amplitude do conceito acerca do desenvolvimento local sustentável e seu real propósito. Essa definição opõe ao modelo de desenvolvimento dominante o qual se dá pela promoção das fusões de empresas,

concentração de capital e renda, além de alavancar a desigualdade e exclusão social, segregando o meio urbano e degradando o meio ambiente. Além disso, faz com que se confunda o crescimento com desenvolvimento econômico, uma vez que ainda em época de crescimento não houve redução das desigualdades.

Dentre este cenário os “agentes do mercado” vêm apresentando performances eficazes em diferentes setores, graças a políticas públicas em favor da concentração de renda e a atuação do Estado indiferente ao interesse público. Porém, [...] “se desejamos uma desenvolvimento sustentável, que por definição se opõe ao modelo atual de desenvolvimento, afinal que tipo de desenvolvimento queremos?” (BAVA, 2003, p.110).

Ainda há os que pensam não se tratar de âmbito local essa discussão e possibilidades levantadas e sim a um projeto nacional de desenvolvimento. O fato é que mudanças e inovações criadas no âmbito local que remetem a políticas de impacto nacional provêm de políticas nacionais que incentivem e estimulem o desenvolvimento local.

Para Santos (2000), o desenvolvimento local seria o reconhecimento das particularidades de cada território, pois

[...] é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local. [...] Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto. Não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2000, p.110).

A grosso modo, os grupos sociais que vivem e trabalham no território que devem ser os protagonistas das tomadas de decisões locais, pois conhecem a pluralidade de interesses e conflitos presentes, além de pautarem suas ações no bem comum e no interesse o público.

Outro ponto relevante é a ação entre poder público, agentes sociais, econômicos e sociedade civil local que se articulam em prol de um mesmo objetivo. Além das iniciativas que reforçam as políticas públicas lhes propiciam maior amplitude e qualidade, como no caso dos agentes comunitários e programas de saúde. [...] “não é a família que vai aos órgãos públicos de saúde, mas as equipes de saúde da prefeitura que vão às casas das famílias” (BAVA, 2003, p.113).

Vale ressaltar que este modelo de tecnologia preconiza a descentralização e municipalização dos serviços públicos, salientando a importância da estrutura social local afim de subsidiar iniciativas de desenvolvimento local e de gestão integrada do território.

Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, as tecnologias sociais permitem impulsionar processos de empoderamento de representações coletivas afim de habilitá-las a disputar alternativas ao desenvolvimento nos espaços públicos em prol do interesse da maioria e em prol da distribuição de renda.

As tecnologias desempenham papel central nos processos de mudança social. Além disso, determinam posições e condutas dos atores; condicionam estruturas de distribuição social, custos de produção, acesso a bens e serviços; geram problemas sociais e ambientais; facilitam ou dificultam a sua resolução (THOMAS, 2009).

Para Thomas (2009), a abordagem sociotécnica prevê como critério principal a “adequação sociotécnica”, uma vez que não podemos dizer que há TSs de validade universal. “Difícilmente tal processo de adequação é gerado de uma vez só e para sempre”. Devemos considerar que são as tecnologias objeto de processos de teste, transformação e ajuste segundo as condicionalidades externas. “A inclusão das culturas locais e dos usuários finais, é absolutamente relevante na dinâmica de construção do funcionamento das TSs” por estas não serem apenas solucionadoras de problemas pontuais e sim por conseguir serem relevantes na geração de processos de mudanças tanto tecnológicas quanto sociais sendo elas concebidas afim de compactuarem com processos de mudanças sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais (THOMAS,2009).

A geração de funcionamento das TSs demanda o uso intensivo do conhecimento disponível que resulte ao sistema a ser desenvolvido. Longe de um limite, constitui uma oportunidade para a geração de novas tecnologias, novos sistemas operativos novos conhecimentos sociais, novos conhecimentos científicos, bem como novas oportunidades de cooperação transdisciplinar, mistura de tecnologias e diálogos transculturais (THOMAS,2009, p. 63).

O foco das TSs é serem propositivas quanto a novas vias de construção e resolução dos problemas sociotécnicos. Implicando na possível eleição de caminhos alternativos à participação em decisões tanto de seus produtores quanto de seus usuários.

Ou seja, são as tecnologias construções sociais assim como a sociedade é uma construção tecnológica. Sendo assim, resolver a pobreza, a exclusão ou o subdesenvolvimento não pode ser analisada, conforme destacou Thomas (2009), sem considerar questões de dimensão tecnológica definidas por ele como: produção de alimentos, moradia, transporte, energia, acesso ao conhecimento e a bens culturais, ambiente e organização social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza como exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa. Exploratória-descritiva por ter como aspecto principal a preocupação em propor um panorama de um fato determinado de maneira descritiva, prezando sempre pela relevância, principalmente quando o tema é ainda pouco explorado. Além disso, envolve a descrição histórica e dos principais atores envolvidos (GIL, 2008). Quanto à abordagem qualitativa, ela considera a dinâmica entre a realidade e o sujeito, tratando a relação dos fenômenos e atribuindo significados. Essa abordagem necessita geralmente de uma coleta extensa dos dados para que a análise propicie um real entendimento dos fatos constatados (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Procura-se na pesquisa avaliar se as ações de gestão integrada de território contribuem com a promoção de tecnologias sociais, tendo em vista a argumentação teórica apresentada na seção anterior. Tal aferição, será definida por meio de princípios implícitos ao conceito de adequação sociotécnica – princípio fundamental para descrever tecnologias sociais no âmbito da gestão integrada de território nos planos sociocognitivos e sociopolítico, afim de compreender o alcance dessas derivações da abordagem teórica.

Quadro 2 - Para Aferição De Tecnologia Social

	<i>CATEGORIA</i>	<i>CRITÉRIOS</i>
<i>Plano Sociocognitivo</i>	Problema social	São processo endógeno? São múltiplos os saberes
	Projeto da Tecnologia	Endógeno; Sociotécnico;
	Conhecimentos implicados	Heterogêneos; Conhecimentos codificados e tácitos; Transdisciplinar
	Caráter dos bens gerados	Bens de uso/Bens de mudança
	Inovação de produto	Diferenciação de produto
	Inovação de processo	Uso potencial generalizável
	Avaliação	Funcionamento
	Escala e alcance	Familiar; Comunitária; Local; Regional; Nacional
<i>Plano Sociopolítico</i>	Tipo de intervenção	Dinamizado Coordenado
	Domínio local	Autonomia Independência crescente
	Processo decisório	Horizontal e coletivo
	Efeito social da intervenção	Integração social Cidadania

Fonte: Adaptado pela autora de Thomas (2009).

3.1 COLETA DE DADOS

A realização da coleta se fez em meio ao evento “Plantando o Futuro: Propostas para o Entendimento Global a partir de Ações Locais”, visando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável realizado no município em parceria com o Instituto Espinhaço, afim de reunir em um só local diversos atores fundamentais neste processo de desenvolvimento de tecnologias sociais facilitando a execução da coleta. O evento foi realizado em Presidente Kubistcheck/MG e contou com a presença de diversos atores, conforme mostrado no quadro 3.

Quadro 3 - Entidades convidadas à comparecer ao evento: Plantando Futuro: Propostas para o Entendimento Global

CLASSIFICAÇÃO	ENTIDADE
Poder Público Local	Secretarias Municipais, Prefeitura, Câmara Municipal
Área Urbana	Cooperativas Populares, Associações de Bairro, Associações de Município
Setor Rural	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa de Trabalhadores Rurais, Associação de Trabalhadores Rurais
Setor Empresarial	Associação Comercial, Grandes Empresas, Sindicato Comercial, Associação Industrial
Assistência Técnica	Emater e Epamig
Instituições	Instituições de Educação Básica, Instituições de Ensino Superior
Governo	Ministério Público, Agencias Governamentais
Organizações Sem Fins Lucrativos	ONG's, OSCIP's,

Fonte: Elaborada pela autora.

3.1.1 GRUPO FOCAL

Para a realização das aferições os dados foram coletados por meio de grupo focal por ser um “método de pesquisa qualitativa que pode ser utilizado no entendimento de como se formam as diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviços” (CARLINI-COTRIM, 1996).

Este tipo de método pode ser considerado um modelo de entrevista em grupo, porém não ocorre um diálogo: pergunta do pesquisador e resposta dos participantes, mas sim uma

interação entre os participantes do grupo por meio de tópicos levantados pelo pesquisador (moderador do grupo) e este material produzido foi transcrito em forma de discussão em grupo focada em um único tópico, por isso focal (CARLINI-COTRIM, 1996).

O intuito é compreender melhor a relação entre os atores e sociedade, além das ações que estão sendo implementadas no local, afim de delimitar se estas são ou não tecnologias sociais e como elas interagem perante a gestão integrada do território. Uma vez que este procedimento metodológico de coleta de dados contempla uma temática específica a ser debatida fazendo com que os participantes debatam entre eles (CARLINI-COTRIM, 1996). Optou-se pela heterogeneidade dos grupos formados, ou seja, separando os membros de um mesmo município em grupos diversos, afim de garantir a pluralidade dos grupos. Além dos grupos focais terem acontecido simultaneamente para desta forma otimizar-se o tempo da coleta e de toda a atividade ser direcionada com as mesmas informações e perguntas para garantir a uniformidade do método de pesquisa.

3.1.2. ENTREVISTAS

Ainda no evento realizado em Presidente Kubitscheck foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro participantes, sendo estes considerados como de grande relevância pelos seus posicionamentos dentro do âmbito do território. Este tipo de entrevista, para Minayo (1994), privilegia a obtenção de informações por meio da interlocução pessoal que transmite condições estruturais, valores, normas e símbolos referentes a grupos pré-definidos.

A opção pela elaboração deste tipo de entrevista deve-se ao fato do entrevistado ter a liberdade em discorrer em respostas livres e espontâneas sobre suas experiências segundo um foco proposto a ele pelo pesquisador que conduzirá a entrevista com perguntas embasadas teoricamente na investigação e informações a que se propõe recolher (TRIVIÑOS,1987). A estruturação de toda a entrevista foi elaborada para abordar aspectos relacionados a participação dos municípios à gestão pública local, transparência, inclusão e processos de tomada de decisão, aspectos estes fundamentais para a interpretação das dinâmicas acerca do território.

Tais entrevistas foram direcionadas a 3 (três) membros do Instituto Espinhaço, dentre estes o Presidente, o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiros, ambos do Instituto Espinhaço. Para além destes, realizou-se também uma entrevista com 1 (um) representante do Estado de Minas Gerais, servidor da CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento do Estado

de Minas Gerais). Ressaltando a parceria entre a CODEMIG e o Instituto nas ações implementadas na Serra do Espinhaço quanto ao programa Plantando o Futuro.

3.1.3. DOCUMENTOS

Relaciona-se ao documento qualquer objeto que possa de alguma forma agregar a investigação do fato/fenômeno (GIL, 2002). Sendo assim, além de se pautar nas entrevistas e grupos focais, o presente trabalho se fundamenta também na análise dos relatórios elaborados pelo Instituto Espinhaço assim como também os elaborados pelo grupo de pesquisa sobre as percepções e proposições realizadas durante os eventos realizados no âmbito do território. Documentos estes utilizados após os grupos focais e entrevistas para fins de compreensão e embasamento das ações e proposições implementadas no âmbito do território que possam esclarecer a forma como é realizada a Gestão Integrada do Território na microrregião de Presidente Kubitscheck.

A coleta dos dados se deu em dois encontros realizados no município de Presidente Kubitscheck, no primeiro momento o objetivo foi levantar dados históricos da microrregião para desta forma relacionar suas atividades às dinâmicas perante o contexto local. Em um segundo momento o objetivo foi mais propositivo, cujo foco foi discutir e trabalhar as potencialidades, oportunidades, necessidade de gestão e ações de governança do território, articulando um grupo composto por munícipes dos 5 municípios para atuarem como representantes da sociedade civil frente o que é proposto como Gestão Integrada do Território. Lembrando que os grupos formados no segundo encontro foram distintos aos do primeiro encontro para desta forma fomentar a discussão sobre as temáticas apresentadas.

Em ambos momentos de coleta orientou-se que as sessões fossem direcionadas com assuntos de relevância ao estudo, que garantisse a participação de todos, tendo como foco que o problema de pesquisa fosse elucidado, estipulando um tempo mínimo (30 minutos) e máximo (2 horas) para cada sessão, além de estas estarem sendo gravadas, possibilitando posteriormente a transcrição e análise dos dados coletados com prévia autorização dos participantes.

3.1.4. CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCALIS

Afim de facilitar a compreensão acerca dos participantes das entrevistas e grupos focais realizadas nos dois encontros, buscou-se caracterizá-los, os codificando por meio do quadro 4.

Quadro 4 - Codificação das Entrevistas e Grupos Focais

PRIMEIRO ENCONTRO			
ENTREVISTAS			
CÓDIGO	ENTREVISTADO	ENTREVISTADOR	TEMPO
E1	Diretor Financeiro do Instituto Espinhaço	Aluno de pós-graduação UFLA	38m52s
E2	Presidente do Instituto Espinhaço	Aluno de pós-graduação UFLA	56m11s
E3	Diretor Administrativo do Instituto Espinhaço	Aluno de graduação UFLA	29m11s
E4	Membro da CODEMIG	Aluno de Graduação UFLA	12m08s
GRUPO FOCAL			
CÓDIGO	ENTREVISTADOS	MEDIADOR	TEMPO
GF1	Aposentado, Agricultor, Estudante, Produtora Rural e Artesã	Aluno de Graduação UFLA	59m26s
GF2	Representante da Comunidade Quilombola, Diretor Administrativo do IE, Estudante UFLA, Presidente Sind. Trab. Rurais, Funcionária Sec. Agricultura, Secretária do Meio Ambiente, Funcionário do Sind. Trab. Rurais.	Professor Doutor UFLA	1h56m
GF3	Secretário de Agricultura, Diretor Adjunto de Desenvolvimento Social, Vereador, Agente de Crédito Instituto Nordeste e Cidadania, Secretária de Meio Ambiente de Serro, Diretor Financeiro do IE, Agricultor	Aluno de pós-graduação UFLA	1h58m
GF4	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Congonhas do Norte, Produtor Rural, Representante da CODEMIG, Representante da comunidade Quilombola, Agricultor	Membro do núcleo de estudos UFLA	1h22m
SEGUNDO ENCONTRO			
GRUPO FOCAL			
GF5	Servidor público, Secretário da Saúde, Produtores rurais, Artesãos, Funcionário da Secretaria do Meio Ambiente	Aluno de graduação da UFLA	1h47m
GF6	Produtores rural, artesãos, servidores públicos, Funcionário sindicato dos Trabalhadores Rurais	Aluno de graduação da UFLA	1h39m

Fonte: Elaborado pela autora

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

3.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise foi realizada considerando o problema proposto: Como tecnologias sociais de gestão têm sido desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento territorial na microrregião de Presidente Kubistchek. O método de análise escolhido foi a Análise de Conteúdo, técnica de leitura e interpretação dos dados coletados cujo objetivo é abrir portas à compreensão de aspectos e fenômenos da vida social, presumindo uma abordagem metodológica de características e possibilidades próprias (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989).

É uma metodologia de análise utilizada na descrição e interpretação do conteúdo de documentos de forma a conduzir descrições sistemáticas afim de interpretar e compreender o significado das mensagens repassadas para além de uma leitura comum. Devendo todo o material coletado ser analisado minuciosamente para que a compreensão e interpretação das informações explícitas e implícitas sejam ressaltadas (MORAES, 1999). Tal análise se fundou nas categorias de pesquisa pré-estabelecidas cujo critérios nortearam a coleta de dados tanto na realização do grupo focal como na entrevista.

Tendo em mãos todos os dados coletados, foram transcritas todas as entrevistas e grupos focais de maneira leal ao conteúdo, respeitando a fala dos participantes. Logo após, realizou-se a leitura criteriosa dos dados obtidos afim de relacionar as falas identificando os pontos convergentes com a gestão integrada do território e as ações de tecnologia social. Por fim, realizou-se o alinhamento dos aspectos relevantes percebidos com o referencial teórico abordado para desta forma responder ao problema de pesquisa definido e atingir assim os objetivos elencados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

Única Cordilheira do Brasil, localizada no estado de Minas Gerais, se estende até Chapada Diamantina, adentrando o estado da Bahia e peculiar em suas características geológicas, a Serra do Espinhaço é além de reserva da Biosfera, um patrimônio natural fascinante, rico em representações de plantas, animais e heranças rupestres dos períodos mais antigos da ocupação ameríndia, descoberta cerca de 300 anos aproximadamente (BARROS, 2016).

A serra é rica em cachoeiras, rios, cânions, lagos, que abastecem cerca de 50 milhões de pessoas em torno de seu território (SERRA DO ESPINHAÇO, 2016). Toda sua relevância hídrica e turística é evidenciada no território sendo possível perceber como a questão da água se contextualiza nas comunidades ao seu entorno, como evidencia os entrevistados.

Grande maioria das pessoas não sabem que a Serra, que a Serra do Espinhaço é uma reserva da Biosfera [...] e não é por falta de publicidade ou de repasse de informação[...]Mais a Serra do Espinhaço ela foi, a reserva da biosfera ela foi pensada, desde de 2000 [...] É construída a proposta desde de 2000, e em 2003 foi feita a proposta a UNESCO, na ocasião, a “Danielle Niteram”, era a representante da UNESCO que foi envolvida dentro desse processo[...]Então foi dado muita visibilidade pra esse, pra esse contexto, e transforma totalmente, ou deveria transforma totalmente a, essa região como um ponto não só de proteção ambiental, mais como uma área em que as pessoas pudessem ter um outro valor, principalmente um outro tipo e conexão. Entre a região, a terra que elas nasceram, foram criadas e construídas né[...] (E1).

Porém, em contramão a esta abundância de água até aqui relatada, via ao desmatamento recorrente ao longo da história, hoje o que é percebido e motivo de preocupação no território é exatamente a seca sofrida no local. Em decorrência de atividades como o cultivo do eucalipto, exploração do minério, agricultura e pecuária.

Pensando na proteção deste patrimônio natural, o Governo de Minas Gerais elaborou o Decreto 44.281 em abril de 2006, implantando a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, de considerável relevância e diversidade biológica, além de sua fragilidade, sendo esta, uma área extremamente importante ao uso sustentável dos recursos naturais (MINAS GERAIS, 2006). É a reserva instrumento de conservação que privilegia a sustentabilidade dos recursos naturais que tem por finalidade a conservação do patrimônio.

Devido a sua importancia ao País por abrigar diferentes espécies de fauna e flora endêmicas e de modo a convergir com as estratégias propostas pela Unesco, quanto ao desenvolvimento dos territórios inseridos num contexto de reserva da biosfera, criou-se o Instituto Espinhaço, uma ONG sem fins lucrativos cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do território inseridas no contexto da Serra do Espinhaço. O Instituto visa promover o desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade integrando pessoas e natureza, por meio de uma ação local atuando em convergência com as estratégias da Unesco em prol do desenvolvimento local.

[...]nós hoje temos a visão que o projeto não é simplesmente, é, o plantio de 3 milhões de mudas de espécies nativas, como tá especificando no convênio, a gente trata isso como uma plataforma muito mais significativa, muito maior que só plantar árvores[...] (E3).

Considerando os municípios envolvidos no programa Plantando o Futuro e a proposta de gestão integrada do território a ser implementada na região da Serra do Espinhaço a pesquisa se propôs estudar as ações realizadas e as proposições pretendidas acerca da microrregião de Presidente Kubitschek.

A nossa proposta junto com o governo do estado é de que a gente utilize esse proposta de plantar árvore, pra começar a plantar felicidade também[...]A ideia nossa é exatamente essa, é pegar as oportunidades, o que que nós temos que é bom, que a gente pode melhorar, a gente só sabe uma coisa, sozinho ninguém chega a lugar nenhum, a ideia nossa é dá as mãos com todo mundo que quiser dá as mãos[...] (E2). O Plantando Futuro que é um projeto muito específico do governo do estado, nasceu dentro da secretaria de governo, nas mãos do governador Pimentel, é ele tem um único foco sabe [...] É recuperação ambiental, recuperar área degradada, mata ciliar, é um foco muito, muito ambiental mesmo[...] (E1).

O governador ao assumir, ele tinha assumido o compromisso com algumas entidades ambientalistas que participaram da campanha dele, de que era importante ter uma ação que fosse uma ação global para o Estado de Minas, que efetivamente fosse uma forma de intervenção nas questões ambientais, que pudessem produzir à longo prazo, alguma melhoria para nossa sobrevivência, ou melhor para a sobrevivência dos nossos futuros filhos, netos, bisnetos...(as futuras gerações) tem o direito de utilizar da natureza, como nós temos utilizado até hoje, as futuras gerações tem esse direito. Infelizmente nós temos tratado a natureza muito mal, e por causa disso precisamos de intervenções que façam efetivamente produzir alguma coisa para o futuro[...] (E4).

A construção histórica do território é dotada inicialmente pela disponibilidade de extração de ouro por meio do garimpo, na região. Dentre 1890 a 1900, vários escravos fugidos de grandes fazendas da região foram para estas localidades se instalando os primeiros povoados locais (André Quicé e Capim Dourado), para além destes, existiam também produtores rurais

(com grande ênfase na agropecuária), que usavam do garimpo como meio alternativo de produção.

A maior parte era escravo, porque os escravos vinham fugidos, inclusive nós tem uma localidade aqui (André quicé) que onde era o esconderijo deles. Ai daí é que começou a população [...] (GF3).

Ou seja, o meio de subsistência do território desde o primeiro momento se dava em grande parte através dos recursos ambientais locais. E ainda à época, a água não era tida como fator de relevante preocupação a comunidade, por esta estar em abundância no território.

Após 1900 surgiram novos empreendimentos como as carvoarias que levaram os produtores, ou venderem suas terras ou se renderem a elas, deixando de lado a agropecuária. O que acarretou graves problemas de degradação da flora e fauna, assim como também a perda de identidade dos moradores com a região.

Anos mais tarde, ocorre um intenso desmatamento e exploração hídrica irregulares, ocasionando impactos relevantes ao meio ambiente.

Com relação as nascentes [...] não havia muita preocupação, porque chovia muito, e como tinha muita água, ninguém pensava que ia acabar, agora é essa escassez (GF3).

Além de outras formas de exploração que emergiram na região de maneira mais intensa, como o cultivo do eucalipto e o retorno da agropecuária, massificando o desmate da região.

A situação aqui piorou demais depois do eucalipto, assim, a gente aqui era rico em água. Todos os lugares que você ia aqui tinha água. Esse rio aqui, quando ele estava cheio mesmo, tinha que passar na ponte porque se passasse nele sabe, não tinha como[...] (GF1).

Por meio da sua história, observa-se um processo de degradação ambiental no território da microrregião de Presidente Kubitschek muito intenso, a incidindo desta forma, direta ou indiretamente, na escassez de água. Em decorrência de problemas como esse apresentado na microrregião estudada, Oosterbeek (2010) entende que para se construir soluções equilibradas e eficientes aos problemas encontrados no âmbito do território, precisa-se considerar os dilemas que permeiam o território para então nortear a atuação dos atores envolvidos e disseminar soluções de governança.

4.2. PERCEPÇÕES E ANÁLISE DO TERRITÓRIO

Os impactos gerados no âmbito do território até então, foram identificados durante as entrevistas e grupos focais, em via aos interesses econômicos e suas consequências ambientais em prol do desenvolvimento da comunidade local. Sendo possível evidenciar um panorama da região através das entidades ali representadas e como elas se inseriam neste contexto local.

Quanto às questões relacionadas ao ordenamento do solo no qual para alguns fica clara a falta de iniciativas do poder público e demais órgãos cabíveis, omissão essa que resultou em problemas hídricos, além das construções e expansão irregulares da comunidade incidindo no assoreamento de córregos e nascentes e contaminação da água devido à falta de saneamento básico.

[...]O município foi muito degradado pela questão do desmate pela a própria carvoeira e depois veio questão do garimpo também, que destruiu a margens dos rios. Que foi outro fator que prejudicou nosso meio ambiente. [...] falta um pouco ainda o povo conscientizar pra tá preservando as nascentes, porque a população aumenta e além da população aumentar vai aumentar o consumo de água e no entanto a população ta aumentando e a água ta diminuindo[...] (GF3)

[...]A cidade teve, um processo de implantação mineraria de uma mineradora, e essa mineradora, obviamente trouxe, várias mudanças pra cidade, então a cidade, ela não só fisicamente, as pessoas, as cabeças das pessoas, mudaram muito né? Então houve uma diferença muito grande, muito impactante com relação é esses dois fatores, de quinze anos pra cá[...] (E3).

Esta questão do ordenamento do território, em meio ao processo histórico de formação das comunidades, segundo os atores, era feita de forma desordenada, as pessoas se assentaram em locais próximos a matas, nascentes, ou mesmo em áreas de risco, sem que lhes fossem assegurados nenhum tipo de apoio técnico, impactando as áreas ocupadas por conta da falta de saneamento básico.

[...] Não tinha ordenamento[...]quando a prefeitura fica sabendo as pessoas já fizeram cinco ou seis casinhas no local e já tão morando, já tem horta, já tem tudo [...]não tem como, é cultura. [...]sem planejamento, não tem uma autorização da prefeitura pra poder lotear [...] hoje é proibido, a lei atual veda todo esse tipo de procedimento ilícito, é loteamento clandestinos, não pode acontecer isso mais [...] (GF3).

Os entrevistados sugerem ser as prefeituras promotoras deste desordenamento por estas cederem lotes em troca de apoio político. Para eles, há necessidade de um amparo técnico quanto a questão do saneamento básico, principalmente quanto ao tratamento correto do esgoto, visto que a dificuldade enfrentada por eles seria justamente a destinação correta destes resíduos.

É possível perceber que este crescimento desordenado do território fez com que nascentes desaparecessem e matas fossem derrubadas na visão dos entrevistados.

[...]toda manhã a gente ia em um manancial e ia nadar, faça sol ou chuva, calor, frio, essa era nossa rotina diária, essa era nossa relação com a água e ai veja bem, a gente tinha agua canalizada, mas não tinha rede de esgoto. O crescimento urbano, foi crescendo de forma desordenada ao extremo, e foi impactando claro as nascentes, porque as pessoas pensam somente nas grandes captações e esquecem das pequenas (nascentes), [...] (GF3).

O que não se limitou ao meio urbano, visto a forma como os produtores rurais se apropriaram do solo, impactando inclusive na disponibilidade de água, com as pastagens e

plantios irregulares, represamento de nascentes e córregos que impactaram diretamente o ecossistema da região. Verifica-se ainda que, na região faltou um planejamento urbano e uma inter-relação das diferentes perspectivas que ali se apresentam, sendo a falta de informação fator fundamental para se repensar e planejar o território.

[...] Então o que falta muito eu acho é a falta de planejamento, reconhecimento do território e claro, falta informação. Talvez porque, por questões públicas em âmbito geral ela não se preparou para este momento, então se você for olhar hoje o governo do Estado e o governo federal, elas não tem solução para esta questão. Então se os governos maiores não se prepararam quiçá os menores. [...] (GF3).

[...] pra que a gente faça realmente uma gestão de território, melhorando a qualidade de vida das pessoas, dessas comunidades todas que nós tamos atuando. Então a ideia nossa com o projeto não é simplesmente plantar árvores, e sim cuidar das pessoas que vivem nas comunidades onde nós vamos plantar árvores[...] (E3).

Segundo os relatos, havia na região rios considerados impróprios ao banho e outras atividades, por se tratar de rios profundos e de fortes correntezas. Rios estes, que hoje, devido a prática de dragas de areia, modificaram definitivamente sua composição, além da grave seca e escassez de água. Evidenciando desta forma que os interesses econômicos sobressaíram aos interesses coletivos, no qual os setores econômicos não influenciaram somente a comunidade, mas acima de tudo, o poder público para que tais interesses se mantivessem.

[...] a gente fica era semanas dentro de casa, sem ir no terreiro, porque não dava pra sair de casa de tanto que chovia, era muita chuva mesmo, muito frio né. [...] E tinha muita abundancia de água mesmo. E lá tem um córrego, um rio, que abasteci a cidade lá que é o Rio do Peixe. Eu lembro que eu e meu pai íamos fazer piquenique na beira do rio, onde é a COPASA, onde é a estação de captação e tratamento da água. Então assim o pessoal pulava da ponte e era extremamente alto, quase um poste assim de altura e hoje você atravessa ele com água quase na cintura [...] (GF3).

[...]E a água que nós estamos tomando é uma água muito esquisita que chega uma época dessa lá assim, você chega lá e olha, só vê folha por cima do poço. Aquela água preta e o pessoal têm que tomar daquela água! [...] (GF1).

Ainda neste sentido, eles destacam a forma como a comunidade de Serro vem realizando ao longo dos tempos sua gestão de novos empreendimentos, que para se instalarem, precisam mostrar serem relevantes e terem o aval de vários órgãos (prefeitura, EMATER, CODEMA e demais órgãos competentes) afim de se adequarem ao contexto local.

[...]O CODEMA do Serro ele é muito exigente, ele vai, ele conhece, ele fiscaliza, ele pega no pé mesmo, a gente tem lá um professor da PUC lá, ele é extremamente rigoroso, ele levanta e corre atrás [...] (GF3).

Sendo todas as decisões construídas via informações partilhadas por órgãos e pela comunidade, para que seja possível atender as demandas locais da forma mais eficiente possível.

Enfatizam ainda a importância das associações comunitárias e de seus envolvimento na busca por demandas e também de soluções. E dão como exemplo, a parceria com a ONG do Rio de Janeiro e o município de Congonhas do Norte, cujo objetivo é promover o saneamento básico nas comunidades locais por meio de um projeto piloto à ser replicado.

[...] As associações, principalmente as rurais, elas são bem atuantes principalmente dentro dos conselhos de agricultura. E a busca de recursos também pra essa área, para as zonas rurais ela é bem forte. [...] Lá tão sendo feitos projetos de saneamento básico em parceria com uma ONG que chama Contra Ponto que ela é lá do Rio de Janeiro. Ai tá sendo feito projetos piloto de esgotamento sanitário e tudo. Está sendo feito lá pra depois expandir para outros distritos. E são... com parceria da prefeitura, com utilização de entulhos... são ações mais ecológicas assim. De baixo custo [...] (GF3).

Evidenciando assim, a importância de se ter associações atuantes, fortes e representativas nas comunidades para desta forma buscar alternativas que possibilitem à eles melhores condições de vida.

Outro exemplo a ser citado que segue em curso no território em forma de trabalhos integrados é o artesanato do Capim Dourado, que começou seus trabalhos em 2005. À época, os moradores da comunidade de Raiz, conhecidos como coletores de flores (Capim Dourado), em conjunto com a Prefeitura, SEBRAE e Universidades, viabilizaram maneiras de potencializar a cultura de produção do artesanato, com novas formas de produção de sementes (evitando a colheita no campo), de cultivo e coleta do produto. Além de novas formas de se fazer o artesanato em si, resultando em uma produção e venda dos produtos de maneira mais intensificada, abrangendo sua comercialização à Minas Gerais e São Paulo.

Se você pegar a história, se você pega a qualidade mesmo do produto de 2005 e pega hoje você vê o tanto que evoluíram, e não foi da noite pro dia, hoje eles estão com 11 anos de experiência né, então o que mostra é que tudo é possível [...] Hoje o Capim Dourado aqui, eles participam de feira ai, desde 2010, 2011, em Belo Horizonte, São Paulo... então assim, mostrou que tudo é possível [...] Tenho certeza que lá em 2005, ninguém imaginava que eles iam chegar no ponto que ta hoje [...] demonstrou que aquilo ali é uma forma de crescimento e mediante a isso veio muitas dificuldades [...] (GF3).

Pode-se aferir então, que significativos avanços foram percebidos nas áreas social, política e econômica do território. Porém, o que se percebe na área ambiental é um avanço desproporcional, principalmente em termos de degradação dos recursos naturais. Ao se tentar entender o motivo desse avanço, fica explícito o descontentamento dos atores com o poder público e suas ações que são vistas pela comunidade como meramente politqueira.

Mas aqui assim, os problemas aqui assim é que aqui só se faz alguma coisa em época de política. [...] Todo mundo tem que anotar e esperar quando chegar a política [...] (GF1).

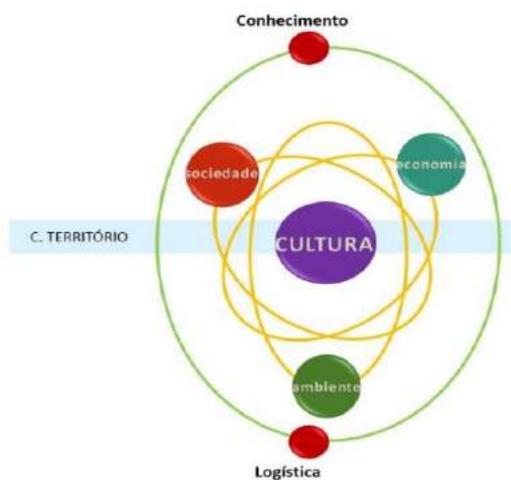
A partir da Gestão Integrada, como discutiram Oosterbeek (2010; 2013; 2014) e Oosterbeek e Scheunemann (2011), no qual pode-se perceber que para que haja uma gestão integrada do território é necessário um relacionamento entre o Poder Público (Câmara Municipal, Poder Executivo, Secretarias Municipais) e a Sociedade (Associações, Sindicatos, IEF, Instituto Espinhaço, CODEMIG) para que haja o repasse das demandas assim como também o diálogo na busca de se realizar Políticas Públicas realmente eficazes. Possibilitando tanto a compreensão dos dilemas do território como suas perspectivas, considerando a sociedade, economia e ambiente atuando de forma integrada afim de fortalecer as comunidades, a tradição e o artesanato, potencializando os ganhos com novas formas de produção.

Como destacam Vaz e Araújo Jr. (2011), o desenvolvimento sustentável é tratado sob estes três pilares: economia sociedade e ambiente, representando conjuntamente a realidade. Considerar isoladamente cada pilar dificulta a visualização de estratégias que sejam de fato efetivas a promoção do desenvolvimento.

4.3. MODELO DE GESTÃO INTEGRADA

A partir desta perspectiva é possível analisar o território por meio do que Oosterbeek (2014) representou graficamente como sendo o processo de construção e reconhecimento da gestão integrada do território. Sendo as questões centrais; ambiente, sociedade e economia; constructos relacionados a cultura local. Cujos dilemas, recursos e perspectivas definiram/identificaram o modelo de governança proposto daquele território.

O que estrutura essas fronteiras culturais são as memórias, sendo elas condicionantes às paisagens que irão determinar a forma de se construir o território (VAZ; ARAÚJO JR, 2011).



➤ **CULTURA:** O território tem sua construção a partir do garimpo e extração de minério fortemente presente desde o início nas comunidades de André Quicé e Capim Dourado. Ao longo dos anos ocorre um intenso desmatamento e exploração hídrica o que gera danos irreversíveis ao meio ambiente.

➤ **SOCIEDADE:** Tem seus atores presentes e atuantes, porém de maneira individualizada. Cada um agindo conforme seus interesses individuais, ao invés

de unirem forças em prol de objetivos de maior impacto para o território.

- **ECONOMIA:** Tem sua força voltada a mineração, agricultura, artesanato e administração pública.
- **CONHECIMENTO:** Tradicional – é repassado de geração em geração, como no caso da comunidade de Capim Dourado e o artesanato produzido lá.
- **LOGÍSTICA:** Para ocorrer um fortalecimento e aparição de novas formas de produção local, é necessária maior interação entre as entidades da comunidade, direcionando suas ações a um objetivo comum que proporciona um impacto maior na sociedade.
- **COMPREENSÃO DOS DILEMAS:** Cabe ao poder público junto a sociedade civil e entidades atuantes no território diagnosticar os principais problemas enfrentados no local para buscar alternativas e soluções para estes. Neste caso específico, pode-se identificar como dilemas do território emergência em se ter um plano de preservação ambiental, visto a escassez de água, agravada pelo cultivo insustentável do eucalipto, além da falta de códigos e legislações mais efetivos e claros, ou seja, falta de planejamento da gestão municipal.
- **CENTRO DE RECURSOS:** Tratamos aqui dos principais atores atuantes no território, atores estes que, atuando em conjunto, conseguirão impactar positivamente no desenvolvimento local. Sendo os principais atuantes neste território: CODEMA, EMATER, IES, PUC, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADE QUILOMBOLA, COMUNIDADES TRADICIONAIS, ONG's, COOPERATIVAS, PODER PÚBLICO LOCAL, POLÍCIA AMBIENTAL, SEBRAE, INSTITUTO ESPINHAÇO, CODEMIG, dentre outros.
- **PROSPECTIVA:** trata-se das ações futuras que promoverão desenvolvimento local do território. Na análise, pode-se perceber como ações prospectivas, como o projeto piloto de esgotamento sanitário que está sendo realizado no município de Congonhas do Norte em parceria com a ONG Contra Ponto do RJ, cujo intuito é elaborar fossas ecológicas e replicar posteriormente em todo o território, podem ser dinamizadores de novas dinâmicas no território.

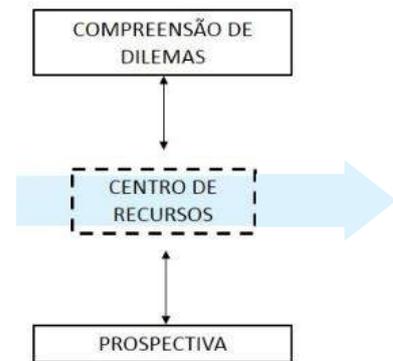
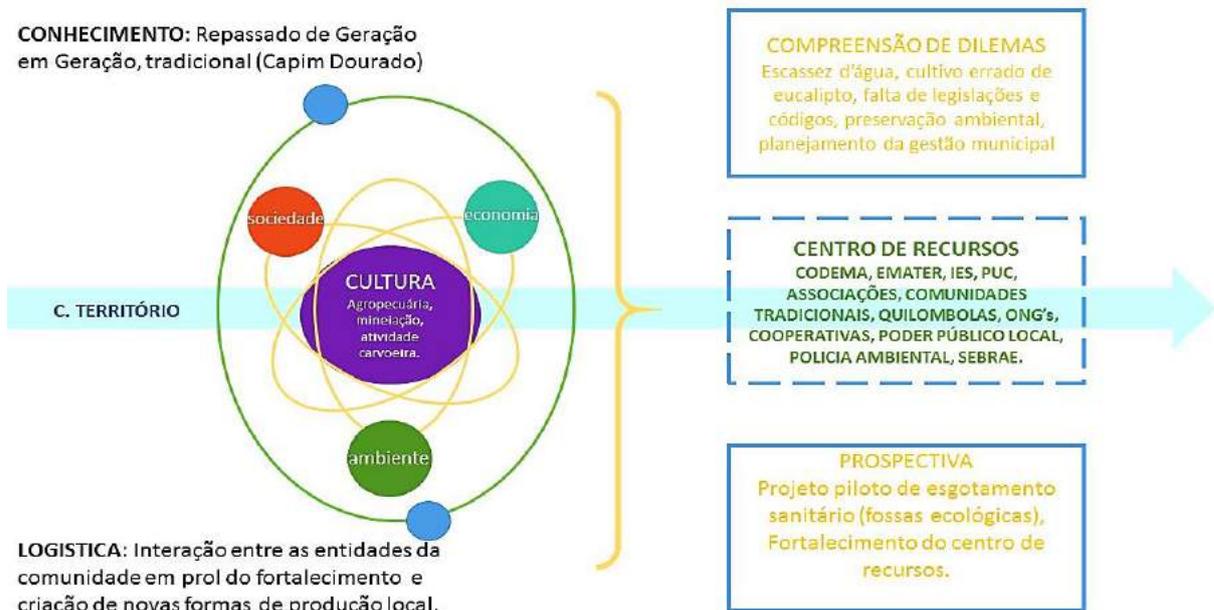


Figura 3 Paradigma da sustentabilidade: gestão integrada na microrregião de PK



Fonte: Adaptado pela autora de Oosterbeek (2014).

Como visto, este modelo de gestão integrada do território inter-relaciona as dimensões econômicas, social e ambiental de uma forma que possibilite a compreensão integrada das partes, sendo a cultura o elo de ligação entre estas dimensões. Isso forma uma espécie de rede formada pela sociedade civil organizada, poder público e demais entidades locais, afim de buscar novas prospecções que além de promover o desenvolvimento local se atentem a solucionar partes/todo dos dilemas enfrentados na localidade.

4.4. TECNOLOGIAS SOCIAIS E O TERRITÓRIO

A proposta de tecnologia social propõe gerar novas vias de construção e resolução de problemas, elegendo novos caminhos envolvendo a participação tanto de seus produtores assim como de seus usuários. Elas surgem para desempenhar um papel central nos processos de mudança social (THOMAS, 2009). Preconizando a descentralização e municipalização dos serviços públicos, salientando a importância da estrutura social local afim de subsidiar iniciativas de desenvolvimento local e de gestão integrada do território.

Entender quais são as demandas que se enquadram a este modelo e questionar para quem e porque umas funcionam e outras não são aspectos fundamentais para relacionar sua efetividade ao problema diagnosticado (THOMAS, 2009). São as TS originadas de saberes tradicionais e/ou científico que visam atender determinadas demandas sociais de maneira

sustentável e afim de minimizar a desigualdade social traduzindo em qualidade de vida e justiça social. Se justifica segundo a necessidade de se construir tecnologias emancipatórias e democráticas.

A TS além de implementar soluções à determinados problemas, impulsiona o empoderamento das representações coletivas habilitando-as a compartilhar alternativas de desenvolvimento nos espaços públicos priorizando o interesse da comunidade em prol da distribuição de renda. Ou seja, ela proporciona às instituições o poder de transformar o local como exemplificado nos casos do Capim Dourado, do Queijo de Serro e do Projeto de Fossas Ecológicas levantados no âmbito do território.

CAPIM DOURADO: na comunidade de Raiz, no município de Presidente Kubitschek, o capim dourado, espécie nativa da região, é utilizado na comunidade para a produção de peças de arte, decoração e joias. Trabalho esse majoritariamente realizado pelas mulheres, organizado por meio de uma associação que trabalham em prol da geração de renda via a comercialização do que é ali produzido.

QUEIJO DE SERRO: considerado patrimônio imaterial de Minas Gerais, graças ao valor da tradição, sua forma de fabricação e importância na economia regional. Teve sua origem advinda pelos portugueses do séc. XVIII, sofrendo suas técnicas adaptações tornando-o mais úmido e ácido. É produzido em uma fábrica local de laticínios pertencente a Cooperativa de Produtores Rurais do Serro subsidiada pelos fazendeiros locais, o que mantém sua originalidade.

FOSSAS ECOLÓGICAS: projeto piloto de esgotamento sanitário, no qual desenvolvem-se fossas ecológicas. Desenvolvido na região, juntamente com a ONG Contra Ponto e será replicado posteriormente em todo o território, por se tratar de uma excelente alternativa para minimizar os efeitos negativos ocasionados pelo lançamento de esgotos sem tratamento diretamente em cursos d'água, como é o caso do município.

Neste sentido, buscou-se relatos dos entrevistados para analisar a aplicabilidade destas tecnologias na realidade do território estudado afim de vislumbrar o que pode ser realizado na visão dos atores locais, discutindo-se com eles aspectos de potencialidades, oportunidades, ações e necessidades de gestão e governança em meio a sua história traduzidos no quadro 5.

Quadro 5 - Potencialidades, Oportunidades, Gestão e Governança do Território

ASPECTO	DIAGNOSTICO ATUAL	RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA
POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO	<p><i>Cultura/meio ambiente:</i> Festas e encontros culturais locais; Ecoturismo;</p> <p><i>Produção:</i> - Capim Dourado; - Artesanato; - Queijo do Serro; - Agricultura familiar (Polpa de frutas, Apicultura, Doces, Biscoitos, Café) – problemas de produção e divulgação;</p> <p><i>Território:</i> - Falta identidade territorial: Poucos documentos; - Casas tombadas (formas de registros/história); - Falta diálogos com a comunidade; - Associação comunitária; - Pouca participação da sociedade;</p>	<p><i>Cultura/meio ambiente:</i> - Centro cultural; - Preservação e Valorização do meio ambiente; - Criação do portfólio turístico do território;</p> <p><i>Produção:</i> - Investir no artesanato: Produção de feiras artesanais; - Investimento na agricultura familiar;</p> <p><i>Território:</i> - Levantar informações das comunidades tradicionais; (busca da identidade da comunidade) (PRINCIPAL) - O fluxo de memórias; Casa de memórias; (PRINCIPAL) - Maior diálogo entre atores públicos, privados e sociedade: Fortalecimento das Associações: rediscutir o papel das associações;</p>
OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS PRODUTIVAS	<p><i>Cultura/ meio ambiente:</i> - Resgatar histórias e aplicar nas escolas; - Levantar informações das comunidades tradicionais e a importância de sua produção artesanal; - Projeto de abastecimento de água;</p> <p><i>Produção:</i> - Produção familiar de morango entre outras; - Produção de queijo artesanal; - Produção artesanal de cachaça;</p> <p><i>Território:</i> Infraestrutura escolar; Maior atuação e planejamento das associações comunitárias;</p>	<p><i>Cultura/ meio ambiente:</i> - Resgate cultural</p> <p><i>Produção:</i> - Incentivos à agricultura: Pontos de venda de produtos locais; - Divulgação dos produtos locais; - Planejar as ações de escoamento de produção; (Principal)</p> <p><i>Território:</i> - Busca de parceiros público e privado; - Incentivar a participação das comunidades; (envolver a comunidade no processo) - Capacitação para elaborar projetos; - Levantamentos de potencialidades; - Mobilização da comunidade frente aos interesses públicos;</p>

		<p>Reestruturação das associações: Formalização de metas e acompanhamento destas metas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover integração entre os municípios da microrregião de PK; -Mobilização das associações a fim de valorizar as ações locais (Principal)
AS NECESSIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	<p><i>Cultura/ meio ambiente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilização da sociedade para a preservação (iniciando) - Coleta seletiva (alguns municípios) - Preservação hídrica (alguns municípios); - Mapeamento das nascentes; <p><i>Território:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> -Falta ações do poder público e das comunidades para preservação ambiental -Plano de recuperação e responsabilidades; -Proteção das matas; (Incêndios) 	<p><i>Cultura/meio ambiente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conscientização da sociedade sobre preservação dos recursos naturais (PRINCIPAL) <p><i>Território:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> -Capacitação para promoção da reciclagem e ações de preservação ambiental -Trabalhar o fortalecimento e o modo de mobilizar os atores locais; (PRINCIPAL) -Maior fiscalização dos órgãos competentes: parceria com a polícia militar de meio ambiente; -Necessidade de uma brigada ante incêndio;
AÇÕES DE GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO	<p><i>Território:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> -Não tem organização; -Ações individuais entre as associações; 	<p><i>Território:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> -Envolver toda a comunidade e poder público para discutir -Encontros regionais; -Alinhamento dos interesses dos atores envolvidos; -Organização interna;

Fonte: Elaborado pela autora.

Os aspectos percebidos na tabela se delimitam às questões de potencialidades, oportunidades, gestão ambiental e governança subdivididos em cultura e meio ambiente, produção e território, para descrever objetivamente o que os atores percebem e propõem acerca do território.

O primeiro aspecto discutido trata das **Potencialidades** do território, quanto a *cultura e meio ambiente*, pode-se dizer que além do Capim Dourado ou do Queijo de Serro, destacam-se as festas culturais, o ecoturismo e o artesanato que movimentam a região tanto economicamente quanto sócio e ambientalmente. Afim de promover melhorias, propôs-se em conjunto, segundo discussões realizadas pelos grupos no segundo encontro, a criação de um portfólio turístico do território, assim como a mobilização da população quanto a preservação e valorização do meio ambiente e a construção de um Centro Cultural.

[...] porque o que acontece, aqui tem turismo mas está ligado muito a cachoeira, muitos rios, o turismo aqui é esse rio e cachoeira, só isso[...] o a gente trabalha muito isso, a gente fez um estudo até... eu sempre to falando pela minha região. A gente fez um estudo, um levantamento de potencialidades, atrativos turísticos, tudo dentro da área que são seis, sete municípios que trabalho ali diretamente. Hoje a gente tem esse catálogo, porque nós como instituição estadual conseguimos fazer. Eu não acredito que como município alguém consiga fazer um levantamento desse, porque é muito caro[...] (GF6)
 [...] nós temos inúmeras cachoeiras no município. É a questão da divulgação, começou muito bem divulgado e foi afunilando. E hoje nós temos o Cânion do Funil que o próprio dono faz a divulgação, via panfleto, via site, via facebook[...] (GF5).

Quanto a *produção* do artesanato, Capim Dourado, Queiro de Serro e agricultura familiar identificou-se problemas de fabricação e divulgação destes, tendo como alternativa o investimento em infraestrutura para promoção de feiras artesanais e incentivo à agricultura familiar

[...]falta uma divulgação do trabalho do pessoal la, [...] das pessoas divulgarem o que sabem fazer, temos inúmeras mulheres que sabem fazer artesanato muito bem, mas não tem uma divulgação, eles mesmo não se interessam em divulgar o próprio trabalho[...] muita coisa deixa de acontecer justamente pela falta de divulgação[...] a secretaria de cultura poderia fazer muito mais por essa divulgação[...] exemplo o pessoal da Raiz, hoje é muito bem divulgado. O Capim Dourado você ve... você sempre ve nas revistas a divulgação do Capim Dourado, eles indo atrás, a procura deles[...] (GF6).

Ao tratar o *território*, percebe-se a existência de poucos documentos de registro da memória do lugar, ou seja, uma acentuada falta de identidade. Observou-se também pouco ou nenhum diálogo do poder público com a comunidade, embora tenha diversas entidades representativas que poderiam fortalecer a participação da sociedade nos processos de decisão na esfera local.

[...]falta um espaço para divulgação da história da comunidade locais... na verdade não seria um museu seria uma casa de memória... casa da memória do local... so pra registrar mesmo[...] (GF6).

Recomenda-se então realizar um levantamento detalhado das informações buscando a identidade local, além de fomentar o diálogo e fortalecer as associações rediscutindo seu papel perante a sociedade, congregando suas atividades, melhorando a organização interna, mobilizando-as em prol da valorização das ações locais e de objetivos comuns. Tais ações podem ser realizadas por meio de parcerias público e privado e de um planejamento efetivo não só dessas organizações, mas também do poder público.

[...] talvez não seja nem culpa das pessoas não, eu acho que os, cenário que a gente vive, que é um cenário de pouco envolvimento, de pouco engajamento e principalmente pouco, pouco associativismo, as pessoas não tem, nós não temos esse cultura social, enraizada de associar um ao outro para o bem comum né. É a gente foi criado, desenvolvido pra ser o, pra fazer disputa, princípio do capitalismo mesmo. Então o grande desafio, e ai talvez algumas entidades tem maior dificuldade de colocar sobre sua liderança pessoas que não tão engajadas com esse, com esse olhar [...] (E1).

Já quando se trata das **Oportunidades** estratégicas produtivas, os entrevistados elencaram no âmbito da *cultura* a necessidade de não só resgatar a história, mas incluí-la no ensino das escolas. Considera-se ainda a relevância de caracterizar as comunidades tradicionais relacionando a importância da produção artesanal e a história local.

A possibilidade é resgatar o passado. Que é a valorização do território, é ensinar as crianças o valor do território, ensinar as pessoas a gostar de onde vive[...] (G1).
[...]Ter um curso de história... procurar um curso de história de repente... trazer um historiador [...] já pensou um grupo da faculdade chega aqui, trabalha diretamente com as escolas buscando, ‘a quem foi a matriarca da comunidade aqui?’ A foi vó de fulano, bisavó de fulano de tal[...] (GF6).

Já quanto ao *meio ambiente*, a preocupação se volta à questão da água e sua escassez sendo proposto por eles a elaboração de um projeto de abastecimento de água.

Ao relacionar os aspectos de *produção*, o morango, a cachaça e o queijo foram os produtos mais enfatizados pelos grupos. Ressalta-se ainda a necessidade da promoção de incentivos à agricultura com pontos de venda dos produtos, ampla divulgação destes e de um planejamento da escoação da produção.

[...] precisa estar incentivando mais, ter mais assim ajuda ne [...] o incentivo mesmo da prefeitura, das instituições [...] ce sabe o que tem que acontecer? Todo mundo vestir a camisa e sair ir pra essas empresas pedir ajuda [...] procurar parceiros[...] (GF6).
[...] falta melhor divulgação dos produtos que existem aqui[...] (GF6).

Quanto ao *território*, identificou-se a carência em ter uma infraestrutura escolar e uma maior atuação e planejamento das associações. Afim de solucionar estes déficits, propôs-se

buscar parceiros tanto público quanto privado, incentivando a participação das comunidades, levantando as potencialidades do território. Cabendo envolver a sociedade e o poder público afim de mobilizá-los na busca de informações sobre projetos, potencialidades do território, para que dessa forma atuem ativamente frente às demandas, formalizando e acompanhando suas metas, de maneira integrada, alinhado aos interesses dos envolvidos.

[...] Acaba que formando uma rede né, uma rede de parceiros e tal. E nesse sentido por exemplo você tem, é existe algumas organizações por exemplo, que são chaves pra mobilizar outras organizações que são parceiras de vocês, vocês mobilizam elas e conseguem por meio delas, aumentar esse rede de parceiros [...] (E1).

No aspecto de **gestão** ambiental e sustentabilidade, os grupos discorrem sobre quatro pontos fundamentais acerca do *meio ambiente*: mobilização da sociedade, coleta seletiva, preservação hídrica e mapeamento das nascentes. Segundo eles, tais pontos podem ser solucionados por meio da mobilização dos atores locais (prefeitura, associação, cooperativas, sindicatos e ONG's, Polícia Militar de Meio Ambiente), atores externos (Governo Estadual, Governo Federal, ONU, UNESCO, EMATER, CODEMA e Universidades) e sociedade. Afim de conscientizar e atuar sobre a preservação dos recursos naturais, considerando a magnitude ecológica da serra do espinhaço, criando por exemplo equipes de capacitação nas áreas de reciclagem e meio ambiente, fortalecendo projetos nas áreas de esgotamento sanitário e reflorestamento, em convergência com os programas do PNUMA E PNAD.

[...] principalmente por morar perto de rios e ir em cachoeiras e nascentes a gente ve o tanto que o homem é prejudicial[...] as pessoas desperdiçam água demais, é fora do comum. [...]pra mim água é essencial, não consigo sair de casa sem tomar um copo de água, você fica sem luz mas não fica sem água[...] (GF5).

[...] eles (comunidade) querem água na torneira, o resto não interessa[...] (GF6)

[...] o Estado não está nem ai[...] quem põe fogo no lugar é a comunidade[...] falta ação do poder público e da própria comunidade em si[...] como estamos... sem água e sem conscientização[...] aqui o maior problema somos nós, vemos tudo acontecendo e fica quieto [...] (GF6).

O *território*, neste aspecto, segue na mesma linha do item anterior, porém cabe destacar a necessidade da proteção das matas contra os incêndios que podem se dar através de maior fiscalização e de brigadas de incêndio.

Por fim, quanto às ações de **governança** do território, nota-se o baixo envolvimento entre a comunidade e o poder público em encontros regionais, afim de alinhar ambos interesses em prol de um desenvolvimento local convergente com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

[...] alguns municípios vivem com essa troca de informações, tem um diálogo bacana, mas falta na grande maioria [...]e se existe é porque a instituição vai lá fazer e não o município[...] (GF6).

[...] falta das associações, elas tarem na cobrança diária. Procura. Vai na prefeitura e procura ver se tem como ajudar, secretário de meio ambiente, secretaria de agricultura[...] falta incentivo da própria comunidade[...]envolver o poder público nessa história é um fator importante[...][GF5).

[...] falta atuação das instituições responsáveis[...] e o que a gente pode fazer é cobrar de seus presidentes da sua diretoria essa postura[...][GF6).

Sendo assim, os projetos elaborados e desenvolvidos no âmbito do território podem ser considerados tecnologias sociais por utilizarem de tecnologias simples e acessíveis (baixo custo), por enaltecer tradições e costumes locais, ter alcance das comunidades rurais, além de convergir com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos envolvidas. Proporcionando assim a sustentabilidade social, econômica e ambiental, uma vez que se utiliza de recursos naturais e de ser de fácil replicação.

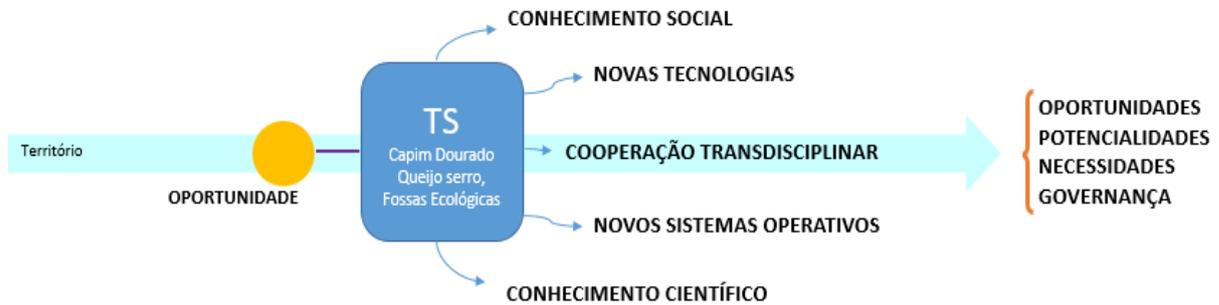
Porém, tais tecnologias aplicadas no território merecem amplo aperfeiçoamento no que tange a sua estrutura e disseminação para de fato gerar impactos sociais, caso contrário, elas não cumprirão com a sua finalidade.

4.5. ANÁLISE SOCIOTÉCNICA E SUAS PROSPECÇÕES PARA O TERRITÓRIO

As TSs permitem impulsionar o processo de empoderamento das representações coletivas, habilitando-as à criarem alternativas de desenvolvimento local em prol do interesse da maioria e da distribuição de renda, desempenhando assim papel protagonista no quesito mudança social, condicionando a estrutura de distribuição social, seus custos de produção e acesso aos bens e serviços (THOMAS, 2009).

Na abordagem sociotécnica, considera-se as tecnologias objeto de processos de teste, transformação e ajustes segundo condicionantes externos, sendo extremamente relevante a cultura local na construção das TSs, o que constitui oportunidades de geração de novas tecnologias, sistemas operativos, conhecimentos sociais e científicos além de novas oportunidades de cooperação transdisciplinar.

Figura 4 Análise sociotécnica das tecnologias sociais



Fonte: Elaborado pela autora.

Ou seja, segundo as características do território, seus condicionantes externos (cultura, economia, política, problema social) serão geradas as tecnologias sociais por meio da oportunidade encontrada de transformar o conhecimento, cooperação e tecnologias disponíveis em algo sistematizado, replicável e de baixo custo. Como é o caso dos exemplos citados aqui (Capim Dourado, Queijo de Serro, Fossas Ecológicas).

Como meio de avaliar estas tecnologias geradas no território e compreender de que forma elas atuam na promoção do desenvolvimento local e da gestão integrada do território foram usados, como critério, os Planos sociocognitivos e sociopolíticos.

Sociocognitivos: no qual considera a sociedade protagonistas da disseminação da aprendizagem e mediadora da cultura social. No qual o processo de construção das ações/TSS devem acontecer de forma participativa e orientada ao desenvolvimento das capacidades em contextos sociais. Sendo as TSS orientadas à capacidade, aos valores, métodos, globalizada e flexível. No caso estudado, pode-se verificar que as ações implementadas na região se caracterizam por serem advindas de um processo endógeno e de saberes tradicionais que foram repassados de geração em geração e de escala local por envolver toda a comunidade em torno das atividades promovidas, gerando impacto social além de terem o propósito de replicação e disseminação em outros contextos.

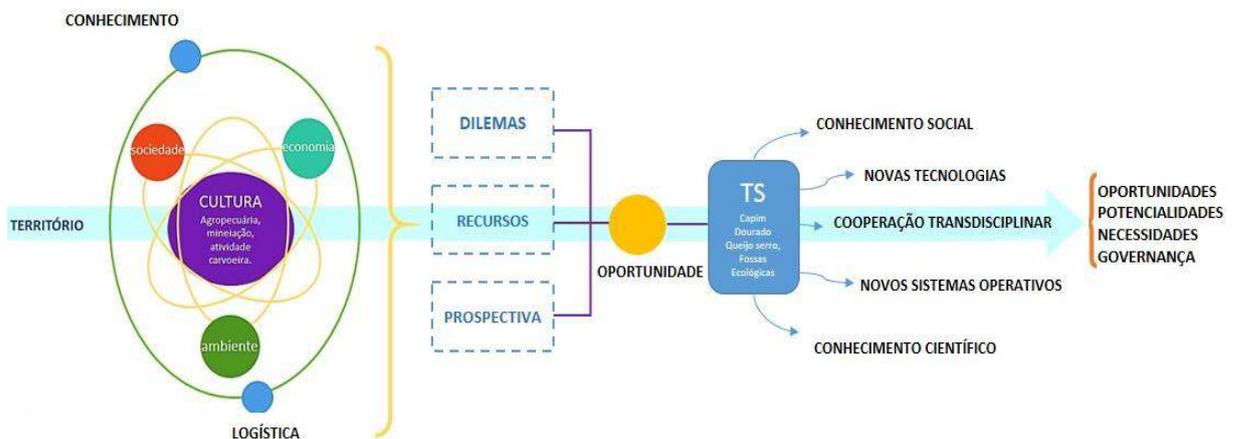
Sociopolítico: que vai lidar como a política vê e interfere neste tipo de ação realizada no território culminando em uma integração social e na promoção da cidadania. Ao que se refere ao território estudado, pode-se perceber que falta ainda uma melhor coordenação e mobilização do poder público em prol de auxiliar as ações realizadas nas comunidades afim de dinamizar o processo trazendo resultados mais eficazes ao território.

As tecnologias sociais se inserem neste debate de gestão integrada do território pelo seu caráter condicionante de distribuição social e acesso aos bens e serviços afim de solucionar os

problemas sociais, ambientais e econômicos do território, direcionando suas ações e promovendo a inclusão social em seu todo, além de preconizar a descentralização e municipalização dos serviços.

Afim de representar a forma como o território se mobiliza em prol de uma gestão integrada e promoção de tecnologias sociais, considera-se que além de haver uma integração entre o Poder Público (Câmara Municipal, Poder Executivo, Secretarias Municipais) e a Sociedade (Associações, Sindicatos, IEF, Instituto Espinhaço, CODEMIG) que realiza o repasse das demandas e dialoga na busca de se concretizar Políticas Públicas eficazes, há um reconhecimento das oportunidades para assim se construir as TSs, conciliando os conhecimentos adquiridos, trabalhando a cooperação afim de se convergirem os esforços em sistemas operativos.

Figura 5 Paradigma da sustentabilidade: relação da gestão integrada com tecnologias sociais na microrregião de PK



Fonte: Elaborado pela autora.

Afim de compreender os dilemas e as perspectivas acerca do território, elaborou-se esta Proposta de Análise do Território, que inter-relaciona as dimensões econômicas, social e ambiental possibilitando a compreensão integrada das partes, sendo a cultura o elo de ligação entre estas dimensões. Analisando juntamente as tecnologias sociais promovidas no território, elencando as soluções dos problemas e a forma a qual se promove o empoderamento das representações coletivas, de forma a esclarecer as potencialidades do território.

É notável sobretudo a preocupação ambiental e a necessidade de se promover um senso de preservação ambiental, além da necessidade de fortalecer as associações comunitárias, tornando-as mais ativas na promoção de demandas e articulação local e nos conselhos municipais, afim de atender o interesse do público em geral. Socializando os conhecimentos

adquiridos pelos atores, amparando tecnicamente a sociedade para desta forma se organizarem e por meio de um diagnóstico local produzirem ações de cunho sustentável.

Ao analisar o território nesta perspectiva, somado à toda análise até aqui realizada, pode-se concluir que é necessário fortalecer estas interações locais, socializar os conhecimentos gerados, agir de forma integrada na construção de ações partilhadas, integrando os atores para que fortaleça o diálogo construindo um consenso sobre a gestão integrada da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs analisar as potencialidades do território sob a ótica da gestão integrada, discussão ainda emergente no âmbito acadêmico e extremamente relevante ao contexto em que se insere. A gestão integrada no Brasil começou a ser discutida como forma alternativa de promover o desenvolvimento sustentável em âmbito local de forma abrangente e mobilizadora, envolvendo os atores e a sociedade nos processos de decisão.

A tecnologia social, por sua vez, propõe gerar novas vias de resolução de problemas desempenhando um papel central nos processos de mudança social, preconizando a descentralização e municipalização dos serviços públicos, afim de subsidiar iniciativas de desenvolvimento local e de gestão integrada do território.

De acordo com os dados obtidos, podemos perceber que a Serra do Espinhaço é uma região de rica diversidade em fauna e flora, mas com a chegada do homem e a atividade intensa e extrativista, a degradação e a seca passaram a fazer parte da sua realidade. Visto isso, o Instituto Espinhaço em parceria com o governo do estado, lançaram o programa Plantando o Futuro-Semeando Florestas, Colhendo Águas, com a proposta de recuperar as áreas degradadas e desenvolver a consciência ambiental dos municípios da microrregião.

Esse programa tem como finalidade replantar uma quantidade expressiva de árvores e mobilizar a comunidade quanto ações de preservação ambiental, sob a ótica da gestão integrada do território, envolvendo diferentes atores, dentre eles, o Governo de Minas, o Instituto Espinhaço, Universidades e o poder público local em sua implementação e fomentando a participação da sociedade civil organizada nos processos de decisão.

A exemplo disso, houveram dois encontros promovidos no âmbito do território, entre universidade, Instituto e atores locais (políticos, artesãos, estudantes, servidores municipais, produtores rurais, sindicalistas, dentre outros) afim de analisar o território e suas potencialidades para desta forma responder á questão levantada sobre como as tecnologias sociais de gestão têm sido desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento territorial na microrregião de Presidente Kubistchek.

O desenvolvimento na região, subsidiado pela mineração, garimpo e agropecuária, trouxeram avanços acerca do território, mas também grande dano ao meio ambiente, devido ao crescimento desordenado da região. Consequência essa refletida pela produção em massa e consumo excessivo da sociedade.

Mediante a discussão, fica claro a falta de iniciativas do poder público e demais órgãos, no que tange a promoção de iniciativas que contribuam com o desenvolvimento do território. É necessário pensar-se em um planejamento urbano e uma inter-relação entre os atores para repensar o território, buscando parcerias com governos estadual e federal afim de fortalecer e efetivar as ações pretendidas e as associações locais.

Assim, pode-se concluir que é necessário fortalecer as interações das comunidades, disseminando o conhecimento gerado, agindo de maneira integrada na construção das ações propostas pelos atores durante os grupos focais quanto ao fortalecimento do diálogo de forma a se construir um consenso sobre a gestão integrada da região e suas potencialidades de se desenvolver sustentavelmente, convergindo desta forma com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

As limitações encontradas se restringe a dificuldade de deslocamento do grupo de pesquisa até o local estudado, limitando desta forma o acompanhamento das atividades realizadas na região uma vez que o contato se deu apenas nas primeiras atividades realizadas.

Visualiza-se por este estudo o potencial dos temas: gestão integrada do território e tecnologias sociais no que tange ao desenvolvimento sustentável. Sugere-se que a proposta elaborada possa ser mais uma ferramenta de análise territorial à medida que se consegue relacionar a forma como se articula o território. Cabendo às pesquisas futuras, aplicar, teórico-empiricamente, os constructos aqui relacionados à diferentes realidades.

6. REFERÊNCIAS

BARROS, A. Espinhaço, A Cordilheira do Brasil. Águas do Gandarela. Disponível em: www.aguasdogandarela.org/page/espinha-o. Acessado em: agosto de 2016.

BEZERRA, M. do C.; FERNANDES, M. A. (Coords.). Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21 Ibam-IserRedeh, 2000.

CACCIA BAVA, S. A produção da agenda social mundial: uma discussão sobre contextos e conceitos. In: Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local. PGU-AL, 2003. Disponível em: <www.polis.org.br>. cia. Tecnologia social e desenvolvimento local. 2003.

CARLINI-COTRIM, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigação sobre o abuso de substâncias. Rev Saúde Pública, v.30, n.3, p.285-93, 1996.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. IN: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Cap. 5, pg 187-210.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

INSTITUTO ESPINHAÇO. **Relatório de Atividades** 2013-2014. Conceição do Mato Dentro, 2016. Disponível em: <<http://institutoespinaço.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MORAES, F. B. de. Exclusão e inclusão: delimitação e permeabilidade dos territórios. In: DEL RIO, V; DUARTE, C.; RHEINGANTZ, P. Projeto do lugar. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em: 20 fev. 2017.

MICARELLI, Rita. Sustainable planning and social ecology: first steps to a first application of the European Landscape Convention of the Coun-cil of Europe. IN: Area Domeniu, 2002. vol 1, pp. 23-36.

MINAS GERAIS, Decreto 44.281 de abril de 2006. Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e dá outras providências.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OOSTERBEEK, L. Gestão Integrada de Território em Morro do Pilar: Uma nova visão para o uso inteligente do território. In: Morro do Pilar: Cultura, Memória, Sustentabilidade e a Antecipação do Futuro/ Morro do Pilar: Instituto Espinhaço, 2014. Cap. 10, pg. 288-313.

OOSTERBEEK, L.; SCHEUNEMANN, I. Falsas contradições entre crescimento e desenvolvimento. IN: Custo Brasil. Soluções para o Desenvolvimento, Ano 5: nº 25, Fevereiro /Março 2010, pp. 29-30.

ROSSETTO, C.J.; BORTOLETTO, N.; TOSTA, C.D.; CARVALHO, C.R.L.; RIBEIRO, I.J.A.; MORAES, S.A. de; SUGIMORI, M.H.; SOARES, N.B. Seca da mangueira XX. Avaliação de porta-enxertos resistentes para produtividade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA, 19., 2006, Cabo Frio. Palestras e Resumos. Cabo Frio: Sociedade Brasileira de Fruticultura, 2006. p.365.

ROSSETTO, A. M. Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (Sigau) para o desenvolvimento sustentável de cidades. 2003. 423 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universaç. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHEUNEMANN, I. Uma Nova Perspectiva sobre Sustentabilidade. Forever Brazil – Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, 10(37), pp. 10--14. 2009.

SCHEUNEMANN, I., CARVALHO, J.A.G.de. PI-MENTA, J.A. (2011), Certificação territorial: uma nova bússola para o mundo. IN: Custo Brasil –Soluções para o Desenvolvimento, nº 30, pp. 5-8

ROLNIK, R. Regulação urbanística e exclusão territorial. Revista Polis, n. 32, 2000.

———; CYMBALISTA, R. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. Revista Polis, n. 29, 1997.

THOMAS, Hernan Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas. Tecnologias Sociais. Caminhos para Sustentabilidade. Brasília/DF. s.n, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Altas, 1987.

VAZ, M.; ARAÚJO JR, J. P. Os três pilares da sustentabilidade. Revista Tecnologia Gráfica, n. 78. 2011.